


O CORPO DA CRÍTICA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE FEMINISMO(S) E LITERATURA


The body of the criticism: some notes on feminism(s) and literature

Anselmo Peres Alós

<http://orcid.org/0000-0003-2062-2096> 

Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Letras Vernáculas,
Santa Maria, RS, Brasil. 97105-900 – dlvcal@gmail.com

Dileane Fagundes de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-7391-2153> 

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Letras,
Santa Maria, RS, Brasil. 97105-900 – ppgletras@ufsm.br

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de revisitar as origens da crítica literária feminista. Nesse sentido, recuperam-se os principais conceitos que embasaram o pensamento feminista em cada momento histórico, bem como as principais mulheres que ocuparam grande importância para o imaginário do feminismo ao longo de sua história. Esta retomada histórica evidencia o conceito interdisciplinar da crítica literária feminista, uma vez que esta não admite uma leitura de texto desvinculada de sua exterioridade e de sua historicidade. Nossa intenção aqui é discutir como a teoria feminista enriqueceu o campo da crítica literária, fazendo novas perguntas e apresentando novos problemas e questionamentos no que diz respeito à pesquisa literária, tais como a questão da representação da mulher na literatura e nas outras artes, o problema da escrita e da autoria femininas, as conexões entre gênero e raça, gênero e orientação sexual, gênero e classe, ademais de outras perspectivas de natureza interseccional.

Palavras-chave: Crítica literária feminista. Genealogias epistêmicas do feminismo. Brasil.

Abstract: This article aims at revisiting the feminist literary criticism origins. In this sense, the main concepts that gave basis to the feminist thinking, in each historical moment, are brought back. Besides this, the main women who are of great importance for the feminist imaginary along the history of the movement are also restudied. This historical retake highlights the interdisciplinary concept of the feminist literary criticism since it does not admit the unlinked reading of a text. The exteriority and historical context have to be always considered. Our purpose here is discussing how feminist theory has enriched the field of literary criticism, asking new questions and presenting new problems when it comes to the literary research, like the point of representation of the women in literature and other arts, the question of woman writing and woman authorship, the connections between gender and race, gender and sexual orientation, gender and class and other intersectional perspectives.

Keywords: Feminist literary criticism. Feminist genealogies. Brazil.

Mesmo com o advento do feminismo, não se pode afirmar que todas as mulheres se filiam aos mesmos propósitos e reivindicações. Nesse sentido, torna-se relevante investigarmos como as práticas e discursos hegemônicos construíram socialmente o gênero feminino e como os movimentos sociais e discursos buscaram diferentes formas de representação e intervenção política na esfera social. É importante não ler sob a categoria “Mulher” apenas a mulher branca, heterossexual e de classe média, mas lembrar, na contramão do essencialismo, que talvez seja mais interessante pensar em todas as mulheres de diferentes nacionalidades, classes sociais e níveis de escolarização, ou seja, uma ideia de essência universal, uma maneira transcendental de percebê-las subtraídas de suas singularidades¹.

Para iniciarmos a viagem investigativa de retorno ao que foi construído como representação do feminino, partimos da análise de alguns mitos que figuram no livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (2009), publicado pela primeira vez em 1949. Em cada uma das páginas do livro, há não só uma problematização da questão das mulheres ao longo dos tempos, mas questionamentos que colocam em evidência como esses saberes sobre o feminino foram construídos. Beauvoir (2009) busca compreender a posição de “segundo sexo” que a mulher ocupa no mundo, e como, de certa forma, este olhar contribui para essa configuração social. Com o intuito de responder à pergunta “o que é ser mulher?”, explorada por Beauvoir (2009), ou de desmitificar essas narrativas, enveredamos para a terceira parte do livro: “Os mitos”.

A autora inicia problematizando o mito da criação, que exprime a convicção do macho como *essencial* e a mulher como *outro*, o inessencial, presente na “lenda do *Gênesis*” que, através do cristianismo, perpetuou-se na civilização ocidental. A percepção de que o nascimento de Eva não foi autônomo, pois não foi criada ao mesmo tempo em que Adão, nem com o mesmo barro, mas sim tirada do flanco deste primeiro macho, já institui tal convicção. A autora ironicamente expõe sua criação:

Deus não resolveu espontaneamente criá-la com um fim em si e para ser por ela adorado em paga: destinou-a ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que ele lha deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim; ela é seu complemento no modo do inessencial. E assim ela surge como uma presa privilegiada. É natureza elevada à transparência da consciência

¹ Susana Bornéo Funck faz uma interessante afirmação sobre essa questão, em uma entrevista publicada em 2019: “Quanto ao essencialismo, não acho que ele tenha sido tão prejudicial, já que sempre soubemos que ‘não se nasce mulher’. Sempre soubemos, também, que mulheres de diferentes camadas sociais, etnias e orientações sexuais sofrem discriminações semelhantes em diferentes partes do mundo. O próprio termo *women’s studies* da tradição anglófona é plural: *mulheres*. Também não é problema se a expressão foi traduzida como singular para o português, ‘a mulher’, pois linguisticamente o singular pode ser plural. Quando digo que ‘o gato é um animal doméstico’, estou me referindo a gatos de diferentes tamanhos, raças e cores. Nós, mulheres brancas e heterossexuais, tínhamos, sim, consciência das diferenças entre as mulheres e lidávamos com questões de raça, classe e diversidade sexual mesmo antes da interseccionalidade se tornar o conceito da moda. Afinal, pela complexidade do ser humano, podemos não ser interseccionais?” (FUNCK, 2019, p. 391-392).

naturalmente submissa (BEAUVOIR, 2009, p. 209).

Esse mito ratifica um binarismo de gênero no qual o homem, desde a criação do mundo, ocupa um lugar privilegiado de destaque, enquanto a mulher ocupa uma posição de inferioridade. Na teologia cristã, Eva ganha uma conotação negativa, pois sobre ela recaem os atributos de *traíçoeira, dissimulada, persuasiva, a Outra*, que teve sua criação atrelada a uma falta sentida por Adão, ao mesmo tempo em que completa o vazio deste e o preenche com atitudes que o afastam dos propósitos de Deus. A difusão desse mito e a sua influência para a hierarquização social dos sexos e das representações simbólicas por parte de um único sujeito, o masculino, resultam do discurso teológico androcêntrico que legitimou a ausência da mulher no centro da história patriarcal.

Na percepção de Beauvoir (2009), o homem vê-se como um ser de direito, inelutável; enquanto a mulher é um simples acidente, um bem-aventurado acidente: “na mulher encarna-se positivamente a falta que o existente traz no coração, e é procurando alcançá-la através dela que o homem espera realizar-se” (BEAUVOIR, 2009, p. 210). Para Beauvoir (2009), o homem procura na mulher o Outro como natureza e como seu semelhante, mas essa natureza inspira sentimentos ambivalentes ao homem. Este a explora, mas ela o esmaga, ele nasce dela e morre nela; ela é aliada e inimiga, caos tenebroso onde brota a vida, é como o além para o qual tende. Assim, “a mulher resume a natureza como Mãe, Esposa e Ideia. Essas figuras ora se confundem e ora se opõem, e cada uma delas tem dupla face” (BEAUVOIR, 2009, p. 212). Ao referir-se à constituição de um mito, a estudiosa coloca-a como uma tarefa difícil de descrever, já que ele não se deixa apanhar, sendo por vezes fluido e contraditório. Beauvoir (2009) exemplifica o caráter contraditório do mito, quando diz:

Dalila e Judite, Aspásia e Lucrecia, Pandora e Atená, a mulher é, a um só tempo Eva e a Virgem Maria. É um ídolo, uma serva, a fonte da vida, uma força das trevas, é o silêncio elementar da verdade, é artifício, tagarelice e mentira, a que cura e a que enfeitiça, é a presa do homem e sua perda, é tudo o que ele quer ter, sua negação e sua razão de ser (BEAUVOIR, 2009, p. 211).

Análoga à natureza, sua existência está atrelada aos elementos masculinos: enquanto ela é *terra e água*, ele é *semente e fogo*. Na natureza, o sol é esposo do mar², sendo este um dos símbolos maternos mais universais. A água inerte sofre a ação dos raios flamejantes que a fertilizam. A terra, entalhada pelo arado, recebe imóvel as sementes em seus sulcos; todavia, é ela que alimenta o germe, que nutre e lhe fornece sua substância, motivo pelo qual, mesmo depois de destronada a Grande Mãe, o homem continua a render culto às deusas da fecundidade. Porém, por toda parte em que a vida vai se criando

² Em francês, o sol [*le soleil*] é um substantivo masculino enquanto o mar [*la mer*] é um substantivo feminino. Na língua original em que foi escrito *O segundo sexo*, o francês, a metáfora é mais funcional para a indicação do binarismo masculino/feminino. Cabe ainda acrescentar que, em francês, *la mer* [o mar] e *la mère* [a mãe] são substantivos homófonos, que se pronunciam exatamente da mesma maneira.

(germinação, fermentação), ela também vai se desfazendo; o embrião que abre o ciclo da vida se fecha com a morte.

Em oposição ao mito de Eva, há o da Virgem Maria, a mulher que aceitou sua sorte sem contestação. Esse representa o mais elevado desenho do que o feminino deve ser: é a idealização deste, o exemplo da salvação, que terá que se submeter à excelência na sua vivência como mãe, esposa e filha; basicamente três papéis que a acompanham durante toda a vida. Ancorada em tal percepção, a literatura católica estabelece deveres religiosos ligados diretamente à sua condição de mulher. *Suavidade, compaixão, amor* maternal formam parte das virtudes inatas do seu sexo. O lugar mítico de Maria encerra a mulher na maternidade, construindo o consenso de instinto maternal; é a maternidade imaculada ou a dessexualização do sexo feminino. Assim, ao mesmo tempo em que é santificada, ela é escravizada à condição da maternidade:

[...] como as representações coletivas e, entre outros, os tipos sociais definem-se geralmente por pares de termos opostos, a ambivalência parecerá uma propriedade intrínseca do Eterno Feminino. A mãe santa tem como correlativo a madrasta cruel; a moça angélica, a virgem perversa: por isso ora se dirá que a Mãe é igual à Vida, ora que é igual à Morte, que toda virgem é puro espírito ou carne votada ao diabo (BEAUVOIR, 2009, p. 344-345).

Ao encerrar a mulher na maternidade, evidencia-se seu caráter de imanência e exaltam-se suas atribuições de mãe, esposa, companheira, devota às virtudes úteis à sociedade, à família e ao chefe da família, que este entende encerrar em seu lar. O ventre feminino é símbolo da imanência e da profundidade, o qual ora revela seus segredos, quando o prazer se inscreve no rosto feminino, ora os retém. O homem capta, em domicílio, as palpitações da vida sem que a posse lhes destrua o mistério.

A figura da mulher também é tida como a alma da casa, da família, do lar e das coletividades mais amplas (a *cidade*, a *nação*). Comprova-se isso no fato das cidades sempre serem assimiladas à Mãe pelo fato de conterem os cidadãos em seu seio; pela mesma razão se fala em *pátria-mãe*. Também entidades e instituições abstratas apresentam traços femininos como a Igreja, a República, a humanidade, a paz, a guerra, a liberdade, a revolução, a vitória. Isso porque o ideal que o homem põe diante de si como o Outro essencial é feminizado, sendo a mulher a figura sensível da alteridade.

Beauvoir (2009) afirma ainda que não há mito mais enraizado no coração masculino do que o do mistério feminino; nesse sentido, o homem enxerga numerosas vantagens na mulher. Ao invés de admitir sua ignorância em relação a ela, ele acolhe um mistério, algo fora de seu domínio e do dela, pois admitir que o mistério envolve a mulher é dizer que sua linguagem existe, porém não é compreendida. Negando-a, e enxergando-a como ser “complicado”, ele se afirma como transcendente e sutilmente a impele para o mito da feminilidade. O mito da feminilidade é usado na tentativa de estereotipar o comportamento da mulher. A mulher é mistério, musa, mãe, esposa, virgem, amante pífida, sacerdotisa, feiticeira, idealização do eterno feminino, é uma projeção do que o homem deseja e teme.

A mulher é o que dela é esperado, mas, tendo que ser tudo, ela nunca é o que deveria ser, tornando-se perpétua decepção, inclusive a decepção da própria existência, de quem nunca consegue atingir o que lhe foi imposto, nem se reconciliar com a totalidade dos existentes.

Os arquétipos femininos produzidos pelo imaginário mítico estão submersos no inconsciente coletivo, no qual essas narrativas ganham força ao interferirem na produção de conhecimento e nas relações sociais de gênero. A respeito dessa colocação, Rita Schmidt (2006), no artigo “O fim da inocência: das medusas de ontem e de hoje”, parte de premissas sobre a produção do conhecimento como resultado de um processo interpretativo. Partindo desse pressuposto, a autora lança uma pergunta muito pertinente à construção da sua argumentação que visa a responder a esta pergunta: que relações há entre a produção do conhecimento no Ocidente e as construções de gênero, ou seja, como certas definições sobre a natureza do ser masculino e do ser feminino, geradas nos sistemas narrativo e conceitual do mito e da filosofia, alcançaram o estatuto de norma simbólica no imaginário cultural e alavancaram práticas sociais hegemônicas que ainda definem nossa sociedade como uma sociedade patriarcal? Pensar nisto significa colocar em questão a autoridade do sujeito privilegiado do conhecimento que é o sujeito masculino. Em outras palavras, colocar-se na margem como lugar epistêmico significa desafiar as concepções de conhecimento e de realidade que têm dominado a tradição intelectual ocidental – particularmente as premissas epistemológicas às quais corresponde uma ontologia dualista, que separa radicalmente o universal do particular, a cultura da natureza, a mente do corpo, a razão da emoção – o que constitui uma moldura bastante familiar para a compreensão/interpretação da diferença de gênero. A ação de saber o que “representamos” para uma sociedade de cunho patriarcal já nos leva a uma postura de questionamento dessa representação, pois sabemos contra quais discursos hegemônicos temos que lutar.

Para Schmidt (2006), no que diz respeito às relações hierárquicas e dualistas de gênero que encontramos no mito, este não fez mais do que dar continuidade à representação do sujeito masculino, agregando a ele a autoridade epistêmica, definida como exercício da vontade que disciplina os atos de assentimento de um indivíduo, particularmente, a abstenção de assentir a qualquer coisa que não seja percebida com distinção e clareza. O discurso filosófico constitui uma dentre as várias formas de conhecimento/controlado que condicionou o pensamento sobre as diferenças de gênero no campo cultural, levando as mulheres a introjetarem sua representação como um ser a menos, uma fala a menos. É importante ressaltar a concepção de Lauretis (1994) sobre o gênero como sendo uma representação, o que não significa que tal representação não tenha implicações concretas, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. A autora acrescenta que a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação; logo, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução. As mesmas narrativas míticas que constroem o gênero feminino têm, em

si, o germe que possibilita sua desconstrução. Isso se evidencia na abordagem crítica que Beauvoir (2009) faz dos mitos, pois, ao colocar em evidência tais construções, ela já o faz desconstruindo essas representações.

Desse modo, acreditamos que a literatura de autoria feminina, como escrita de resistência das mulheres, que representa as relações binárias de gênero estruturadoras e fomentadoras das bases do patriarcado, ganha força e expressividade com o advento do feminismo, pois as reivindicações feministas abriram novas possibilidades para pensar as práticas culturais atuantes. Para pensarmos a problematização da representação do feminino, partimos da ênfase nas relações entre literatura e momentos de ruptura social alicerçada pelo enfoque interdisciplinar. Este possibilita a emergência da categoria analítica da diferença de gênero, da voz dissonante, da alteridade, na investigação de representações identitárias em sua dimensão estética e proeminência política, o que permite identificar as especificidades históricas de modos de subjetividade até então invisíveis nas formações discursivas da cultura patriarcal.

Por muito tempo, as mulheres foram representadas pelo discurso masculino na literatura, na filosofia, na biologia, na história e demais áreas do saber, e essas representações ganharam *status* de verdade a respeito do gênero. Mas algumas dessas mulheres, fugindo do enclausuramento doméstico que lhes era imposto, buscaram inserir-se no âmbito social, que era, por excelência, o espaço reservado ao homem. A maneira de que dispuseram para isso foi primeiramente a escolarização. O conhecimento arraigou a consciência da (im)posição de seu lugar no construto social. Conforme Constância Lima Duarte (2003):

Quando começa o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas em uma rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que não podia ser outra senão o direito básico de aprender a ler e a escrever (então reservado ao sexo masculino). A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas. E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever. (DUARTE, 2003, p. 152-153).

Nessa perspectiva, Duarte (2003) faz, em seu estudo, um apanhado geral dos nomes de relevância que demonstram ter um objetivo em comum: a produção de textos tendo como tema central a mulher e, principalmente, um compromisso com o incentivo à educação das mulheres como estratégia de emancipação. O primeiro nome que se revela nesse momento inicial é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, mas que também residiu em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro antes de se mudar para a Europa, uma das pioneiras no Brasil a romper os limites do espaço privado e a



publicar textos em jornais da chamada “grande” imprensa. Seu primeiro livro, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, é também o primeiro no Brasil a tratar dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho. Também em outros livros, Nísia Floresta destaca o tema da educação, como em *Conselhos à minha filha* (1842), *A mulher* (1865) e *Opúsculo humanitário* (1853). Neste último, a autora revela o quanto conhecia da história da mulher em diversos países, avalia as escolas femininas de seu tempo e ainda expõe um projeto educacional para tirar as mulheres da ignorância e da ociosidade. Em seus textos, percebe-se uma crítica aos benefícios masculinos advindos da opressão feminina e também a sua posição de que somente o acesso à educação permite às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada.

O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho. Céli Regina Jardim Pinto (2003) sintetiza as principais manifestações do movimento feminista no Brasil, em um percurso que inicia, primeiramente, com a luta pelos direitos à cidadania e o sufrágio, até chegar à virada do século. Para ela, o feminismo no Brasil surge marcado por uma multiplicidade de vozes que se organizam com objetivos e pretensões diversas, com raros momentos de unicidade e objetivos mais específicos. Como movimento social, pode-se destacar a sua pertinência atemporal que sobrevive até o presente momento, às vezes de uma forma mais branda, outras de uma forma mais radical, porém sempre instiga homens e mulheres a terem uma opinião. Ele provoca militâncias apaixonadas e raivas incontidas; desafia, ao mesmo tempo, a ordem conservadora que exclui a mulher do mundo público, portanto, dos direitos como cidadã, e também apresenta propostas revolucionárias, que veem na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação. Para se tentar reconstruir uma história do feminismo no Brasil, é mais promissor compreendê-lo como um conjunto de tendências que se expressaram e se expressam no contexto nacional.

Seguindo tais tendências, a autora aponta, como início do movimento, as manifestações da virada do século XIX para o século XX até 1932, quando as mulheres ganham o direito ao voto. Este período, Pinto (2003) divide em duas tendências: uma denominada “feminismo-bem comportado”, e outra denominada “feminismo mal-comportado”. A tendência caracterizada como “feminismo bem-comportado”, movimento liderado por Bertha Lutz, buscou direitos políticos mediante participação eleitoral como candidatas e eleitoras. Em 1910, inconformado com a não aprovação do voto feminino pela constituinte, um grupo de mulheres fundou o Partido Republicano Feminino, que, em seu estatuto defende não apenas o direito ao voto, mas também a independência e a emancipação; ressalta as qualidades da mulher para o exercício da cidadania no mundo da política e do trabalho e propugna o fim da exploração sexual, adiantando em mais de 50 anos a luta das feministas da segunda metade do século XX. O partido desapareceu nos últimos anos da década de 1910, época em que Bertha Lutz retornou de Paris e começou a organizar o que viria a ser a maior expressão do feminismo da época, a Federação

Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). A luta pelo direito ao voto, nesse período, não esteve restrita apenas à FBPF; houve diversas formas de luta de mulheres que se alistaram, eleitoras e candidatas sem vínculo com a Federação.

Em 1932, o novo Código Eleitoral inclui a mulher como detentora do direito de votar e de ser votada. A Federação então ainda pressiona os parlamentares a incluir na Constituição novos direitos para a mulher. Em 1936, Bertha Lutz assume a cadeira de um deputado e, no mesmo ano, promove o III Congresso Nacional Feminista, espaço de grande relevância para debater tal temática. Porém, a pauta de aumento dos direitos das mulheres sucumbiu com o golpe de 1937, que calou toda a movimentação. A FBPF não foi extinta, mas perdeu seu espaço e, mesmo depois do período de redemocratização, em 1945, não teve mais expressão no cenário brasileiro.

A segunda tendência, denominada de “feminismo mal-comportado”, posicionava-se de uma forma mais radical contra o que percebiam como dominação do homem. Foi constituída por uma gama heterogênea de mulheres intelectualizadas, cultas, com vidas públicas excepcionais, professoras, escritoras, jornalistas, que estavam preocupadas não somente com os direitos políticos, mas também defendiam a educação da mulher, buscavam problematizar os interesses dos homens em deixar a mulher fora do mundo público e exploravam temas como a sexualidade e o divórcio. Em função desse posicionamento, foi qualificado como a face menos comportada do feminismo do início do século XX.

Uma série de mulheres que hoje reconheceríamos como feministas nesse período se manifestou no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Linha de frente de intelectuais orgânicas, para utilizar a expressão gramsciana, era formada por mulheres trabalhadoras e intelectuais, que defendiam a liberação da mulher de uma forma radical, e tinham, na maioria das vezes, a questão da exploração do trabalho como tema central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas. Essa vertente teve como maior expoente o nome de Maria Lacerda de Moura. Cabe ressaltar, entretanto, que muitas dessas mulheres pioneiras, vinculadas ao anarquismo e ao comunismo brasileiro, recusavam-se a ser identificadas com o feminismo, justamente por ele ser visto como uma visão de mundo atrelada ao liberalismo capitalista, como foi o caso de Patrícia Galvão no contexto do modernismo brasileiro.

Pinto (2003) também explora a questão do feminismo no período da ditadura, revelando que, nas décadas de 1960 e 1970, diferente do cenário da Europa e dos Estados Unidos, de grande efervescência política, de revoluções de costumes, de radical renovação cultural, o clima no Brasil era de extrema repressão. Dessa forma, o feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu tendo que se dividir entre uma perspectiva mais autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar. Os diferentes feminismos no Brasil devem ser entendidos levando-se em consideração esse cenário político, já que terminam por configurar um movimento de luta por autonomia em um espaço profundamente marcado por tal contexto. De tal modo, defende a especificidade da condição de dominadas das

mulheres, em uma sociedade em que a condição de dominado é comum em grandes parcelas da população.

Segundo a sistematização de Pinto (2003), em 1972, surgem grupos feministas de caráter privado, de reflexões informais, inspirados no feminismo nascente no hemisfério norte. Nesse período, também emerge o grupo de mulheres no exílio, Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris, que durou de 1975 a 1979. Estas tratavam de construir espaços públicos de reflexão, diferente dos primeiros grupos que se mantinham restritos às reuniões mais íntimas e informais. Elas mandavam material de Paris para o Brasil, visando a aumentar o número de participantes para organizar seu movimento em diferentes instâncias, por meio de comissões e assembleias. O êxito da organização do Círculo não impede que a questão fundamental que acompanha o feminismo brasileiro na época tenha se manifestado, a saber: a tensão entre aquelas que pensavam que o feminismo tinha de estar associado à luta de classes e aquelas que associavam o feminismo a um movimento libertário que dava ênfase ao corpo, à sexualidade e ao prazer. A segunda vertente parece ter sido a grande propulsora de um feminismo mais vigoroso e mais capaz de pôr em xeque as estruturas de dominação.

Conforme a autora, o ano de 1975 tem sido considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro. Antes disso, o movimento estava restrito a pequenos grupos de caráter privado e sob a dura repressão às manifestações públicas. Nesse ano, o general Geisel assume o governo e promete uma distensão política gradual e controlada. Porém, o fato que realmente marcou o ano na história do feminismo foi a decisão da ONU de defini-lo como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando uma conferência sobre o assunto no México.

No Brasil, as questões da mulher ganham abrangência e notoriedade pública. No Rio de Janeiro, é organizado o evento “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, no qual é criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que aponta para uma virada radical na história do movimento, que não só se torna público como busca a institucionalização. Durante seus cinco anos de duração, o centro abriga diferentes tendências, mas sempre enfrenta resistência das feministas radicais, que enfatizam a centralidade da questão da mulher em detrimento de outras questões consideradas gerais e trazem, para a discussão, uma problemática considerada burguesa ou mesmo moralmente inadequada, como sexualidade, corpo, aborto, e contracepção.

No campo literário, Duarte (2003) ressalta que algumas escritoras se posicionavam frente ao governo ditatorial, revelando, com coragem, suas posições políticas, como Nélida Piñon, que participou da redação do “Manifesto dos 1000 contra a Censura e a favor da democracia no Brasil”. Nesse período de efervescência política, a autora lançava seus livros de contos *O tempo das frutas* (1966) e também *Sala de armas* (1973). Mais tarde, Nélida tornou-se a primeira mulher a tomar posse como Presidente da Academia Brasileira de Letras. Inúmeras outras escritoras podem ser lembradas pela reflexão que seus textos e personagens suscitam nas leitoras, como Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia

Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti e Lya Luft, entre muitas outras.

Na década de 1980, período de redemocratização, o movimento feminista ganha novos rumos. Surgem, ao longo dessa década, fortes grupos feministas temáticos, entre os quais se destacam os que passam a tratar da violência contra a mulher e de sua saúde. Também há espaço para o desenvolvimento do que se pode chamar de feminismo acadêmico, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação, realizadas nas grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram núcleos de estudo sobre a mulher. Para Pinto (2003), a década de 1990 não foi especialmente propícia à expansão dos movimentos sociais; por outro lado, foram criadas as condições para que suas demandas fossem incorporadas por largas parcelas dos discursos públicos. Esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações, pois é defendido até mesmo por homens e mulheres que muitas vezes não se identificam como feministas. Ao longo dessa década, também surgiram diversas Organizações Não Governamentais (ONG's) feministas com objetivos distintos; as diversas manifestações mostram o caráter heterogêneo das demandas dessas ONG's e muitas suscitam críticas ferrenhas ao feminismo excessivamente branco, de classe média, intelectual e heterossexual. A reação a isso deu origem a uma profusão do que se poderia chamar de "feminismos".

Pode-se dizer que o final da década 1960 e as décadas seguintes (1970 e 1980) são momentos nos quais as diferenças entre os sexos ganham ênfase, em termos teóricos pelas feministas, que passam a compreender o sujeito social em sua pluralidade, nas diferentes relações que estabelecem subjetivamente com a realidade, entre os espaços simbólicos de representações que dão sentido ao mundo, não mais se resumindo a explicações biológicas reducionistas. O que está em foco é a dinâmica das representações que são construídas culturalmente. Com isso, a linguagem, em suas diferentes manifestações, passa a ser entendida como prática, dotada de valores e julgamentos, utilizada pelos sujeitos para se comunicarem com o mundo. Portanto, ela proporciona embates de poderes, que tanto pode manter ou subverter discursos que fundam e legitimam noções naturalizadas de gênero e de sexualidade.

As reivindicações concebidas pelo movimento feminista aspiram à liberdade e ao direito de autonomia das mulheres, mas aspiram também a uma relação mais democrática entre homens e mulheres. Com base nos estudos que investigam a problematização da situação das mulheres e questionam a matriz binária de origem patriarcal³, criou-se um termo flexível e analítico que se contrapõe à estrutura pautada no caráter biológico. Desde então, o vocábulo "gênero" popularizou-se e se tornou uma categoria útil de análise nos debates acadêmicos. Essa categoria ganhou destaque no trabalho de Joan Scott (1995).

³ Entendemos aqui o patriarcado como a estrutura de dominação/exploração dos homens sobre as mulheres, em analogia ao conceito de luta de classes e da dominação/exploração dos detentores dos meios de produção sobre o proletariado, tal como o fazem autoras como Kate Millet (1969), Shulamith Firestone (1976), e Heleieth Saffioti (1976).

“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, é um importante artigo que instaura uma categoria analítica para compreensão do sujeito feminino. Nesse estudo, a autora comenta que:

[...] gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade (SCOTT, 1995, p. 72).

Joan Scott (1995) discute as diferenças existentes entre *sexo* e *gênero*, ancorando-se em duas premissas. Primeiramente, não se deve falar em *gênero* sem considerar a estrutura binária que abrange a relação masculina e feminina. Em segundo lugar, *gênero* é uma das primeiras formas de atribuir significado às relações de poder. Por meio de inúmeros debates e de uma análise crítica a respeito das questões igualitárias e das diferenças entre os sexos, surgiram novos pontos de vista que indagaram a construção social da relação homem/mulher, visando à busca da identidade de gênero.

Destarte, se continuarmos a colocar a questão do gênero a partir de um esboço da crítica do patriarcado, o pensamento feminista permanecerá amarrado aos termos do próprio patriarcado ocidental, contido na estrutura de uma posição conceitual que está, desde sempre, inscrita no que Frederic Jameson (1992) denominou de “inconsciente político” dos discursos culturais dominantes e das narrativas fundadoras que lhe são subjacentes, sejam biológicas, médicas, legais, filosóficas ou literárias, e assim tenderá a reproduzir-se e retextualizar-se, até mesmo nas reescritas feministas das narrativas culturais. Essa posição já evidencia uma reviravolta nos escritos feministas que nos anos 1960 e 1970 centravam seus estudos e práticas culturais na diferença de gênero como diferença sexual.

Uma contribuição importante para compreender os caminhos e desdobramentos das teorias feministas encontra-se no livro *Problemas de gênero: o feminismo e a subversão da identidade* (2015), de Judith Butler. Butler (2015) desconstrói algumas concepções de sexo e gênero apresentadas por alguns teóricos e, nesse sentido, afirma, que se sexo é ele próprio uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado em um sexo previamente dado (uma concepção jurídica), mas deve designar também o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é um meio discursivo-cultural pelo qual a natureza sexuada ou o sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície neutra sobre a qual age a cultura.

Nesse sentido, Butler (2015) desconstrói a concepção de sexo como um dado natural do gênero e, ao fazer a distinção, ela apresenta um questionamento que direciona o olhar não mais para a origem dessas categorias, mas para os efeitos de poder que muitas

instituições definidoras exercem sobre elas:

Explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2015, p. 9).

Butler (2015) ainda afirma que, como genealogia da ontologia do gênero, sua investigação busca compreender a produção discursiva da plausibilidade da relação binária que contrapõe como opostos o “real” e o “autêntico” e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real”, consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida. Para Joan Scott (1995), a definição de gênero baseia-se em duas proposições. Na primeira, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86), e na segunda, o gênero é a “forma primária de dar significados às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Essa relação entre o gênero e as relações sociais, segundo a autora, implica perceber como os símbolos culturais circulam, em que contextos as “representações simbólicas são invocadas” (SCOTT, 1995, p. 86), para, com isso, compreender como os significados são historicamente construídos e impostos em um determinado contexto, em sua inevitável relação com o poder. Scott (1995) desnaturaliza as diferenças biológicas entre os sexos e afirma a necessidade de se pensar as categorizações que envolvem a definição do que é ser homem e do que é ser mulher como instâncias instáveis e inacabadas, que se modificam conforme o contexto e a cultura em que estão inseridos.

Segundo essa autora, a ideia de gênero articula-se a um aparato de construção cultural e histórica sobre o masculino e o feminino, assim como a posição que homens e mulheres ocupam em determinada cultura (SCOTT, 1995). Diante disso, o processo de inversão e desconstrução torna-se necessário quando teorizamos sobre gênero, pois, culturalmente, foi imposta à mulher uma “normatização” nos papéis sociais, como uma espécie de disciplinamento, que precisa ser desfeita a fim de que o sujeito possa agir efetivamente no meio social. A construção do gênero também se realiza por meio da desconstrução. Para pensar criticamente sobre a problemática dos gêneros, é necessário “explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero” (SCOTT, 1995, p. 87). Por esse motivo, é relevante considerar o contexto em que estão inseridas determinadas noções sobre o homem e a mulher. Ao conceituarmos o termo “gênero”, não devemos restringi-lo apenas às categorias imutáveis: homens e mulheres,

mas entender que esse termo se constitui por meio de relações subjetivas, sociais e políticas. É preciso entender que os indivíduos não são portadores de identidades e posições sociais fixas, uma vez que, assim como a sociedade, vivemos em constantes transformações. Desse modo, acredita-se que o gênero se constitui como forma de notar e de dar expressividade a essas mudanças, pois é no seio social que essas relações tornam-se possíveis.

Nesse sentido, é de suma importância pensar em outro aspecto de ressignificação da teoria feminista, isto é, ter a percepção de que não é mais possível acreditar que haja uma base universal para o feminismo, e nem que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal, ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. Butler (2015) sugere que as supostas universalidades e unidade do sujeito do feminismo são de fato difundidas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Portanto, é imprescindível formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.

Para Teresa de Lauretis (1994), a construção do gênero ocorre por meio das várias tecnologias do gênero e discursos institucionais com poder de controlar o campo do significado social e, assim, produzir, promover e implantar representações de gênero. Porém, Lauretis (1994) acrescenta que a desconstrução do gênero leva inevitavelmente a sua (re)construção e lança uma pergunta muito pertinente a nossa investigação: em que termos e interesse está sendo feita essa des-/re-/construção? A partir do presente questionamento, inferimos a necessidade de pensarmos como se dá desconstrução ou (re)construção do gênero pela ótica feminina. Nesse sentido, Lauretis (1994) argumenta que é necessário criar novos espaços de discurso, reescrever as narrativas culturais, definir os termos de outra perspectiva e expor uma visão de “outro lugar”. Este não é um distante mítico passado nem uma história de um futuro utópico, mas o lugar do discurso, os pontos cegos ou o *space off* de suas representações, ou seja, os espaços nas margens dos discursos hegemônicos.

A estudiosa feminista ainda assevera que os termos necessários para uma construção diferente do gênero são propostos de fora do contrato social heterossexual e inscritos nas micropolíticas, forjados nas resistências diárias, nos agenciamentos e fontes de poder, na (auto)representação, nas produções culturais das mulheres feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da ideologia. Ao referir-se ao movimento que o sujeito do feminismo realiza entre o espaço discursivo hegemônico e o outro lugar, ou seja, o *space off*, a autora o coloca nos seguintes termos:

Mas o movimento para dentro e fora do gênero como representação



ideológica, que, conforme proponho, caracteriza o sujeito do feminismo, é um movimento de vaivém entre a representação do gênero (dentro de seu referencial androcêntrico) e o que essa representação exclui, ou, mais exatamente, torna irrepresentável. É um movimento entre o espaço discursivo (representado) das posições proporcionadas pelos discursos hegemônicos e o *space off*, o outro lugar, desses discursos: esses outros espaços tanto sociais quanto discursivos, que existem, já que as práticas feministas os (re)construíram, nas margens (ou “nas entrelinhas”, ou ao revés”), dos discursos hegemônicos e nos interstícios das instituições, nas contrapráticas e novas formas de comunidade. Esses dois tipos não se opõem um ao outro, nem se seguem em uma corrente de significação, mas coexistem concorrentemente e em contradição. O movimento entre eles, portanto, não é o de uma dialética, integração, combinatória, ou o da *différance*, mas sim a tensão da contradição, da multiplicidade, da heteronomia (LAURETIS, 1994, p. 238).

Lauretis (1994) afirma que no “vaivém” encontra-se o sujeito do feminismo e as novas narrativas do “outro lugar” que se cruzam com as narrativas de espaços hegemônicos. Para a autora, habitar dois espaços implica uma tensão contraditória, mas é a condição do feminismo aqui e agora que se afirma em duas direções: a contradição da negatividade crítica de sua teoria e a positividade afirmativa de sua política, ou seja, essa é tanto a condição histórica da existência do feminismo quanto a sua condição teórica de novas narrativas. Para Lauretis (1994), é nesse espaço que se engendra o sujeito do feminismo.

A partir de um olhar acurado para a trajetória do feminismo no Brasil, é possível perceber que essa produção foi sendo construída nesse “vaivém”, em alguns momentos dentro da estrutura existente, a partir de decisões institucionais e outras vezes, no *space off* do discurso hegemônico. Esse “vaivém” pode ser visto como a dinâmica de um jogo de poder que se concretiza nas microrrelações. Este jogo é sempre um entrelaçamento flexível de tensões e disputas em função do reconhecimento ou da manutenção dos privilégios. As disputas se dão entre quem já tem seu discurso instituído como normativo, no caso o sujeito masculino, e quem busca espaços no interior ou nas margens das estruturas vigentes. Como parte desse jogo de micropoderes, nas diferentes instâncias sociais, nos meios acadêmicos e na literatura, as mulheres construíram espaços alternativos e estratégias para desestabilizar os discursos outorgados como legítimos.

Levando em consideração a concepção de Lauretis (1994) ao dizer que o gênero é produto de diferentes tecnologias sociais, podemos afirmar que o discurso simbólico androcêntrico, que produz e legitima as desigualdades de gênero e as hierarquias de poder, é passível de transformação pelos discursos à margem, situados nas microrrelações políticas e tecnológicas. Estes vão penetrando nas estruturas e desconstruindo os significados das imagens e dos mitos que justificaram determinadas representações de gênero. Isso mostra que, no dinamismo da história, o sujeito pode refazer constantemente a sua experiência por meio de iniciativas reflexivas e do engajamento na realidade social. Essa dinâmica nos permite compreender que, no contexto da contemporaneidade, o gênero não é somente produto de representações sociais discursivas, mas também da autorrepresentação, ou seja, da maneira como o sujeito se constrói a partir de sua

experiência e da produção de novas narrativas, como bem assinala Teresa de Lauretis (1994).

Mesmo entendendo o gênero como uma construção social, é nas brechas dos discursos e práticas hegemônicas que o sujeito feminista desconstrói a cultura dominante e se reconstrói como sujeito. Logo, torna-se pertinente pensar a mulher a partir da assertiva de Beauvoir (2009) de que *ninguém nasce mulher, mas sim se torna mulher*, porque mulher é um termo em processo, um devir, um construir do qual não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Enquanto uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. A partir disso, sempre é relevante pensar os escritos de autoria feminina como expressão de resistência política em contraposição às formas de relação assimétrica de poder. No Brasil, a literatura de autoria feminina vem ganhando espaço no panorama literário, proporcionando um *corpus* mais abrangente e diverso do que se tinha em fases anteriores aos anos 1960. Com esse representativo aumento, torna-se relevante reavaliar e repensar as concepções literárias e até mesmo o cânone literário brasileiro, bem como lançar um olhar mais cuidadoso em relação à representação da mulher. Nesse sentido, a crítica feminista passa a ter um papel extremamente relevante na representação e ampliação de seu objeto de estudo.

Historicamente, os estudos feministas começam a se desenvolver concomitantemente às lutas pelos direitos civis, na efervescência política e cultural dos anos 1960 e 1970, reforçando, assim, a relação entre pesquisa e prática. Com relação à literatura, o feminismo propiciou o surgimento da crítica literária feminista, que investiga como a mulher é representada literariamente, com o intuito de questionar os padrões patriarcais e/ou identificar a construção de personagens femininas a partir da consciência de sua construção cultural. A abrangência dos estudos da crítica feminista pode ser vista por meio do número de linhas de pesquisas, em várias universidades, que se ocupam do resgate de escritoras, da releitura das produções em circulação e dos eventos, assim como das publicações em livros, revistas e anais, que discutem a questão da mulher e das relações de gênero. Já presente nas universidades estadunidenses desde meados dos anos 1960, é apenas a partir da década de 1980 que a crítica literária feminista consolida-se no Brasil, especialmente a partir de 1986, com a criação da ANPOLL (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística), e em especial com o Grupo de Trabalho “A Mulher na Literatura”.

Segundo Hollanda (1994), existem três tipos de orientação na pesquisa feminista: o resgate e a reinterpretação de textos das escritoras precursoras; os estudos que buscam uma tipologia da escrita feminina, debruçando-se sobre mecanismos, técnicas e a simbologia presentes nessas narrativas; e os trabalhos sobre autoria e representação. Com o intuito de tecer algumas considerações acerca do que venha a ser literatura feminina, ou seja, a produção literária de autoria feminina, é de grande valia reportar-nos aos estudos de Nelly Novaes Coelho (1993; 2002), uma das pesquisadoras mais produtivas do país, autora do *Dicionário crítico de escritoras brasileiras* (2002), minucioso registro da produção

literária feminina brasileira, e de *A literatura feminina no Brasil contemporâneo* (1993).

Essa pesquisadora ressalta que toda criação literária está relacionada à cultura na qual se encontra inserida. Para ela:

Não é, pois, possível pensar na criação artística ou literária em sua verdade maior sem pensarmos na cultura em que está imersa. É através dessa perspectiva que, sem dúvida, podemos falar em uma *literatura feminina* e em uma *literatura masculina*, pois as coordenadas do sistema sociocultural ainda vigente estabelecem profundas diferenças entre o ser-homem e o ser-mulher. Dessa diferença derivam, evidentemente, certas peculiaridades que podem ser detectadas na criação literária de um e de outro (COELHO, 1993, p. 15).

Coelho (1993) explica ainda que não se poderia falar em literatura feminina antes que o termo fosse cunhado, na década de 1960, como uma espécie de respiração, de sopro vital, de silêncios densos, algo meio mágico, que diferenciaria a voz da mulher, pois, se fosse mapeado o percurso da mulher na história, seria possível observar que, a partir da revolução do movimento feminista, ela passa a buscar seu espaço e a reivindicar direitos que antes não lhe eram favoráveis. Como consequência, a mulher vê na escrita uma forma de reivindicação de seu lugar e de autoafirmação como sujeito da própria liberdade.

Sabe-se que existe uma linha crítica que rejeita essa divisão entre produção masculina e feminina, sob a afirmação de que “a escrita não tem sexo”. Todavia, é inegável identificar que, através dos séculos, o panorama literário tradicional remete a uma relação de desigualdade entre homens e mulheres. Não se trata de justificar ou afirmar que uma é mais importante ou melhor que a outra, mas de entender e perceber a existência de mecanismos ideológicos que permeiam tais relações com a intenção de estruturar, validar e perpetuar conceitos pré-estabelecidos pelo cânone. Para Coelho (1993), a atenção que a produção literária das mulheres vem exigindo da crítica não se identifica como uma intenção judicativa: “não se trata de saber se a literatura ‘feminina’ é melhor ou pior que a masculina (pois isto não teria nenhum sentido...), mas sim descobrir o *que* ela é, *como* se constrói e *por que* trilha determinados caminhos” (COELHO, 1993, p. 12, grifos no original).

No *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*, Coelho (2002) afirma que a literatura é um verdadeiro sismógrafo a registrar na nascente todos os movimentos de convulsão, revolução, imobilismo que, através dos tempos, têm transformado as relações homem-mundo. Para a autora, como se está vivendo em um desses momentos de apocalipse e gênese, a literatura vem se oferecendo como um dos instrumentos mais fiéis de auscultação e registro do caos de valores em que o mundo mergulhou no pós-naufrágio da razão e do sistema patriarcal herdado, sem que nenhum outro tivesse surgido no horizonte para substituí-lo. A pesquisadora elucida sua problematização com a pergunta: “*por que privilegiar a literatura escrita por mulheres para auscultar o caos?*” (COELHO, 2002, p. 17, grifos no original). A autora segue, respondendo o seguinte:

Claro que a causa primeira não é exclusivamente literária (discussões sobre diferenças de valor entre criação literária de homens e de mulheres são

inócuas...). Nessa esfera, o que distingue o valor da obra é o talento do criador ou da criadora, não o seu sexo. A resposta para esta escolha estaria, pois, numa evidência incontestável: se nesse naufrágio de valores as coisas mudaram de maneira irreversível para o homem, em relação à mulher, tais mudanças evoluíram em proporção geométrica e alteram não só seu lugar na sociedade, mas principalmente sua consciência do próprio eu, em relação à imagem-de-mulher da tradição e em face do mundo em transformação (COELHO, 2002, p. 17).

Segundo Coelho (2002), não há dúvida de que o atual interesse pela literatura escrita por mulheres está visceralmente ligado à transformação cultural-social-ética-existencial em processo e que vem se expressando na poesia, no romance, na ficção, no teatro e no ensaio. No entanto, como essa metamorfose não é um fenômeno em si, mas o resultado de algo que vem de muito longe, a literatura feminina do passado ganhou também um novo interesse: nela está a memória dos tempos em que os valores, hoje questionados ou deteriorados, foram instaurados como ideais a serem vividos. A autora ainda ressalta que a literatura resulta do dom da criação juntamente com as circunstâncias vividas pelo seu criador e, por isso, as pessoas se empenham em redescobrir a memória do ontem para uma maior compreensão do hoje. Assim,

[...] a literatura como feixe de relações, no sentido de que ela não nasce da pura fantasia de suas autoras ou autores, mas germina de uma complexa interação entre espírito criador do artista, o tempo em que ele vive e o húmus cultural herdado (húmus que foi engendrado, ao longo do tempo, pelas múltiplas heranças ou tradições acumuladas no espírito ou memória de um povo) (COELHO, 2002, p. 17).

A partir dos anos sessenta do século XX, conforme dados revelados pela estudiosa, a produção literária da mulher é crescente. Esse fato caracteriza-se pela inegável emergência do diferente, da descoberta da alteridade, das vozes divergentes – muitas vezes sufocadas ou oprimidas pelo sistema de valores dominante. Não há dúvida de que o crescimento da produção literária de autoria feminina no Brasil traz alterações ao mundo herdado do passado.

Concluimos, portanto, que ao ultrapassar a barreira do silêncio a que se viu historicamente condenada, a mulher veio, lentamente, inserindo-se em diversos caminhos, entre eles o da produção literária. Das primeiras vozes feministas até o presente momento, no âmbito específico da crítica e da teoria literária de acento feminista, importantes e frutíferos desdobramentos vêm ocorrendo e marcando espaço nas pesquisas acadêmicas brasileiras. Agora, não mais como objeto de representação ou do desejo, mas como sujeito agente, articulando-se através de uma voz, de uma linguagem e de uma escrita próprias. Já não faz muito sentido falar em *feminismo*, no singular, mas sim de *feminismos*. O feminismo negro ganha espaço e institui-se, seja na notoriedade de nomes nacionais (novos ou redescobertos) tais como os de Djamila Ribeiro (2018), Maria Nazareth Soares Fonseca (2003), Lígia Ferreira (2018) e Lívia Maria Natália de Souza Santos (2018), preocupando-se com as especificidades vividas pelas mulheres negras, e retratadas na

literatura produzida por mulheres negras. Ainda nessa esteira, há uma retomada da voltagem política da noção de interseccionalidade, da redescoberta e da tradução de trabalhos importantes de Kimberlé Crenshaw (1991), Angela Davis (2016; 2017) e Patricia Hill-Collins (2019). Há também um importante espaço que vem sendo reivindicado e conquistado pelos frutíferos diálogos do feminismo lésbico com a teoria *queer* e com perspectivas feministas decoloniais que se engajam na discussão de novas epistemes para os feminismos ao sul, marcadamente não eurocêntricos. Uma verdadeira “explosão feminista”, para retomar aqui o título do livro coletivo editado por Heloísa Buarque de Hollanda (2018). Afinal, ao inscreverem-se no discurso, as mulheres abriram a discussão de seu papel na sociedade. A presença de outras vozes dentro do discurso dominante colaborou para reforçar a desestabilização do sistema patriarcal. Deste modo, verificamos que a escrita de autoria feminina vem dando um novo rosto à literatura brasileira, seja pelo resgate de textos de escritoras do século XIX, seja pela representatividade das escritoras contemporâneas que, resistindo às críticas, foram conquistando o espaço até então destinado aos homens e questionando os papéis sociais que impõem às mulheres invisibilidade intelectual e social.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: o feminismo e a subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COELHO, Nelly Novaes. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Siciliano, 1993.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário de escritoras brasileiras*. São Paulo: Escrituras, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010. Acesso em: 17 fev. 2020.



FERREIRA, Lígia F. 'Negritude', 'negridade', 'negricia': história e sentidos de três conceitos viajantes. *Literafro*, Belo Horizonte, 7 fev. 2018. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/153-ligia-f-ferreira-negritude-negridade-negricia>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Trad. livre do francês por Nísia Floresta Brasileira Augusta. Recife: Typographia Fidedigna, 1832.

FLORESTA, Nísia. *Conselhos à minha filha*. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1842.

FLORESTA, Nísia. *Woman*. Trad. de Livia A. de Faria. London: G. Parker, 1865.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Rio de Janeiro: Typographia de M. A. da Silva Lima, 1853.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Políticas de esquecimento e desejos de lembrar. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia (Orgs.). *Literaturas em movimento: hibridismo cultural e exercício crítico*. São Paulo: Via Atlântica, 2003, p. 97-113.

FUNK, Susana Bornéo. A distopia de ontem é a realidade de hoje. Entrevista concedida a Anselmo Peres Alós. *Letras*. Santa Maria, v. 29, n. 59, p. 385-402, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/lettras/article/view/44097/pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

MILLET, Kate. *Política sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1969.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIÑON, Nélida. *Tempo das frutas*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1966.

PIÑON, Nélida. *Sala de armas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1973.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. Petrópolis: Vozes, 1976.



SANTOS, Livia Maria Natália de Souza. *Poéticas da diferença*: a representação de si na lírica afro-feminina. *Literafro*, 7 fev. 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/154-livia-maria-natalia-de-souza-santos-poeticas-da-diferenca>. Acesso em: 10 out. 2019.

SCHMIDT, Rita Terezinha. O fim da inocência: das medusas de ontem e de hoje. *Signo*, número especial, p. 95-112, 2006. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/443/296>. Acesso em: 10 out. 2019.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

NOTAS DE AUTORIA

Anselmo Peres Alós (anselmoperesalós@gmail.com) é licenciado em Letras (2001) e Doutor em Literatura Comparada (2007) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutor pelo PPG-Letras da UFPE. Professor do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria, e do PPG-Letras da mesma instituição. Membro Associado da ANPOLL (GT Homocultura e Linguagens), da ANPOF (GT Filosofia e Gênero) e da ABRALIC. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq.

Dileane Fagundes de Oliveira (dileanef@yahoo.com.br) é licenciada em Letras pela UNIFRA e Mestre em Letras (Estudos Literários) pelo PPG-Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é doutoranda em Estudos Literários na UFSM, sob a orientação de Anselmo Peres Alós, e participante do grupo de pesquisa Trânsitos teóricos e deslocamentos epistêmicos: feminismos, estudos de gênero e teoria queer (UFSM/CNPq). Atua profissionalmente como professora do Ensino Fundamental e Médio na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

ALÓS, Anselmo Peres; OLIVEIRA, Dileane Fagundes de. O corpo da crítica: alguns apontamentos sobre feminismo(s) e literatura. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 26, p. 01-21, 2021.

Contribuição de autoria

Anselmo Peres Alós: concepção, coleta de dados e análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

Dileane Fagundes de Oliveira: concepção, coleta de dados e análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste



periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 30/04/2020

Revisões requeridas em: 10/06/2020

Aprovado em: 14/06/2020

Publicado em: 23/04/2021

